

A difícil agenda do segundo semestre

CIRO GOMES *

Aproxima-se o início do segundo semestre político com a volta do Congresso Nacional de seu recesso. Deputados e senadores estarão de volta de um contato imediato com suas "bases". Isto quer dizer que a redoma artificial que os protege na Brasília política e seus lobbies e grupos de pressão foi substituída durante este mês por uma convivência mais estreita com o Brasil real e com a agenda dos problemas cotidianos da população, além de tomarem contato novamente depois de um semestre de atividade intensiva no parlamento, com a verdadeira opinião pública.

O que encontraram foi uma atividade econômica notoriamente desaquecida, uma tendência de queda no nível de emprego, um incremento da inadimplência e um aumento no número de concordatas e falências, além de uma queixa generalizada contra os juros altos. Encontraram certamente também a população ainda positivamente crente nos benefícios do plano real e no governo, mas com impaciência crescente com relação ao resgate da esperança de mudanças nas condições concretas da vida nas cidades e no campo pelo Brasil afora.

Este encontro não será neutro na influência que terá sobre o ânimo dos parlamentares no seu retorno a Brasília. O tom da crítica aumentará um pouco, a atitude reivindicatória se incrementará e a generosidade da atitude frente as iniciativas do executivo se amainará um pouco. Muitas expectativas concretas em relação a indicações para posições no governo também estão se frustrando porque muitos são os lembrados e poucos os escolhidos e isto costuma alterar muitas "convicções ideológicas" segundo nossas tradições.

O fluir do tempo e o agravamento dos problemas estruturais do país, por outro lado, põem o governo necessariamente de frente a algumas questões que não podem mais ser adiadas e que por sua profundidade e interesses que podem ferir, se chocarão com grupos que tradicionalmente dominam a vontade política formal do Brasil.

Estas duas tendências fazem prever que a agenda política do segundo semestre no Brasil será particularmente difícil e pode pôr em risco a própria estabilidade econômica além de poder significar uma inflexão nas possibilidades de êxito enormes que tem o governo do presidente Fernando Henrique.

Quando o povo brasileiro vota, mergulhado que está em problemas tremendos e aconselhado pela frustração sistemática com o comportamento político do-

minante dos seus representantes, ele vota invariavelmente para mudar. Mudar tudo e profundamente. Isto tem sido uma energia muito positiva no nosso processo de reformas e nos tem permitido avançar na retomada da democracia e na desestabilização da atitude arqui-conservadora de frações enormes das classes dirigentes do país. Só que a consciência crítica destas mudanças é muito superficial e despolitizada e, por isto, tende a se desmanchar com o passar do tempo virando de novo frustração e ódio e com isto arrasando, invariavelmente muito cedo, a legitimidade dos mandatos e alimentando esta crise permanente em que vivemos atolados.

Desta vez o fenômeno continua existindo em seus aspectos gerais mais há uma diferença nada desprezível: o povo votou para mudar mas desta vez tinha uma referência positiva a qualificar sua atitude — o plano de estabilização econômica e seus agentes liderados pelo presidente Fernando Henrique. A forma de escapar, portanto, deste itinerário de crise crônica existe e

está em marcha e é inequivocamente a manutenção da estabilidade e o aprofundamento das reformas que permitam ao Estado atuar concretamente sobre as expectativas da população acerca de seus problemas reais. Muitas coisas que foram resumidas nas prioridades anunciadas na mão espalmada do candidato: saúde, educação, agricultura, emprego e segurança.

Tanto a estabilidade da moeda, como o resgate dos compromissos estão dependendo de uma agenda de reformas de grande complexidade que terá de ser proposta neste segundo semestre. Todas estas reformas tendem a contrariar interesses hegemônicos na política convencional em nosso país. Assim estaremos finalmente cara a cara com o que chamo paradoxo da legitimidade: os representantes tendem a se opor aos interesses dos representados nestas ocasiões. É o difuso interesse público que não tem sindicato, não faz greves, não atua como lobby,

contra a mobilização barulhenta dos grupos de interesses organizados nas corporações, nas oligarquias, no patrimonialismo privado sobre o Estado. A relação orgânica destes grupos de interesses com a estrutura representativa formal é enorme e tem significado invariavelmente a vitória deles contra a coletividade.

Aumentar a fração de riqueza privada para o setor público é uma necessidade vital. Contra isto o egoísmo da maioria detentora do poder econômico. Modernizar o estado e resgatar sua capacidade operacional e a possibilidade de ser manejado racionalmente sob o ponto de vista gerencial é a única forma de se respeitar o povo nos hospitais, escolas e delegacias de polícia. Contra isto o corporativismo e a corrupção entranhados na administração pública e protegidos pelo oportunismo político. Um pacto federativo que assente em bases justas a repartição espacial do desenvolvimento e equilibre racionalmente a divisão de renda e de responsabilidades institucionais entre estados, municípios e restaure a saúde da União ou será feito ou debalde será o sonho por um modelo de desenvolvimento sustentado. Contra isto a visão paroquial do regionalismo tacanho e o reacionarismo chocante das oligarquias além do egoísmo de frações privilegiadas setorial ou regionalmente.

Todas as vezes que se tentou avançar nestas questões, crises fabricadas se prentederam impor como mais graves que a verdadeira crise do colapso político e econômico em que vivemos. O erro em todas estas tentativas foi tentar se avançar as reformas sem legitimá-las qualitativamente junto à população interessada mas desmobilizada e desinformada e por isto muitas vezes tendente a se posicionar ao lado da reação pela manipulação de argumentos de ocasião e de apelo demagógico a que se dispõe com certa facilidade pela desconfiança básica do governo e pela não percepção do que ganharia em militar a favor do governo que como regra nada lhe oferece em troca.

Qualificar as reformas num grande debate fora (dentro também) das instituições formais e criar um nexo objetivo entre as reformas (sacrifícios) e algumas atitudes práticas em direção à população (benefícios) é a única chance de que a agenda do segundo semestre não se transforme numa grande frustração e no retomar da crise. Nós não agüentamos mais.

